



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/02/2015

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. ESMAM.....	2
1.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	3
1.4. POSSE.....	4 - 5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. PLANTÃO NO TJMA.....	6
2.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7 - 8
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	9 - 10
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. ESMAM.....	11 - 13
4.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	14
4.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	15 - 16
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. ESMAM.....	17
5.2. POSSE.....	18
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	19 - 20
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. DECISÕES.....	21
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DECISÕES.....	22 - 23
8.2. ESMAM.....	24 - 25
8.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	26
8.4. POSSE.....	27
8.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	28 - 30

PREFEITO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA É CONDENADO POR PROMOÇÃO PESSOAL COM VERBA PÚBLICA

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância que condenou o prefeito do município de Magalhães de Almeida, João Cândido Carvalho Neto, a devolver aos cofres públicos o valor de R\$ 4 mil e ao pagamento de multa de dez vezes o valor da remuneração no exercício do cargo.

A decisão unânime do órgão colegiado entendeu que o gestor praticou ato de improbidade administrativa, que consistiu no pagamento de publicidade com fins de promoção pessoal, em jornal de grande circulação, utilizando recursos públicos.

Preliminarmente, o desembargador Paulo Velten (relator) afastou a alegação de nulidade feita pelo prefeito. O magistrado destacou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de que a ausência de citação do município não configura causa para anular o processo. Também não prosperou a alegação do gestor de que houve cerceamento de defesa, pelo fato de ter ficado inerte quando intimado a especificar as provas que pretendia produzir.

NOVA DIRETORIA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA SERÁ EMPOSSADA HOJE



Os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten assumirão, respectivamente, hoje, 17h, os cargos de diretor e vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. A cerimônia solenidade ocorrerá no Auditório Desembargador Pires da Fonseca, na sede da Esmam, bairro Renascença, em São Luís.

Os novos integrantes da mesa diretora da Escola foram eleitos em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, no dia 21 de janeiro.

Jamil Gedeon teve seu nome indicado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e foi aclamado por unanimidade pelos demais membros da Corte. O diretor eleito teve o direito de escolher o vice-diretor, convidando o desembargador Paulo Velten para o cargo.

Na ocasião, Gedeon disse que, assumir a diretoria da Esmam, era dar continuidade ao trabalho desenvolvido e aprimorado na gestão do desembargador Marcelo Carvalho, referindo-se ao colega como alguém que está fazendo da escola um local de estudo e debates sobre temas relevantes para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários.

Paulo Velten disse que ficou muito honrado pela indicação do seu nome pelo desembargador Jamil Gedeon e que espera desenvolver um bom trabalho ao lado do futuro diretor.

4º Juizado Especial – serviços serão normalizados na próxima segunda (23)

A partir da próxima segunda-feira (23) serão normalizados o expediente e o atendimento ao público no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Cohab). Os serviços foram suspensos na última sexta-feira (13), em função de dedetização nas dependências da unidade. A suspensão se estende por essas quinta (19) e sexta (20), quando será realizada a limpeza nas instalações do Juizado.

A suspensão dos serviços foi objeto de portaria da juíza Lewman de Moura Silva, juíza auxiliar atualmente respondendo pela unidade.

“Por causa do feriado de carnaval, o asseio das instalações do prédio será nos dias 19 e 20 de fevereiro (quinta e sexta-feira), retornando assim as atividades deste juízo no dia 23 de fevereiro de 2015 (segunda-feira)”, destaca a magistrada no documento.

Pág. 2

Toma posse nova juíza da Comarca de Itinga do Maranhão



Toma posse nova juíza da Comarca de Itinga do Maranhão



A juíza tomou posse no Gabinete da Presidência do TJMA

A magistrada Alessandra Lima Silva tomou posse no cargo de juíza de Direito da Comarca de Itinga do Maranhão, de entrância inicial, em ato solene realizado na presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quinta-feira (19).

A juíza foi removida a pedido, pelo critério de merecimento, da comarca de Turiaçu, conforme decisão do Órgão Especial do TJMA de 21 de janeiro des-

te ano. Ela ocupará a vaga aberta naquela comarca em decorrência da remoção do juiz Alexandre Mesquita.

Após a assinatura do termo de posse e compromisso, a magistrada foi cumprimentada pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, pelo desembargador decano da Corte, Bayma Araújo, e pelo diretor geral do Tribunal, Hebert Leite, que desejaram sucesso em sua nova jurisdição.

O desembargador Bernardo Rodrigues passou toda a semana de Carnaval como plantonista do TJ, substituindo vários colegas.

**Postos da
Grande SL
reduzem preço
do combustível
após ações
da RedCon**

PÁGINA 5

 ETANOL, DIESEL E GASOLINA

Postos da Grande SL reduzem preço do combustível após ações da RedCon



Após ação civil pública alguns postos já reduziram os preços

Os postos de combustível da região metropolitana de São Luís reduziram os preços cobrados pelo litro de etanol, diesel e gasolina. A constatação foi feita pela Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon-MA), órgão integrante da Rede Estadual em Defesa do Consumidor (RedCon). A redução foi resultado de uma série de ações da RedCon para autuar os estabelecimentos que praticavam preços abusivos.

A fiscalização continua nesta quinta (19) e sexta-feira (20) para evitar que os estabelecimentos pratiquem preços em patamares superiores ao estipulado pelo governo federal, em descompasso às normas de proteção ao consumidor e em confronto com a decisão judicial do juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, Douglas de Melo Martins.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), os proprietários de 60 postos de combustível já foram notificados e outros 183 deverão ser intimados durante a fiscalização. Na última sexta-feira (13), atendendo a ação civil pública contra 244 postos da capital maranhense, realizada pela RedCon, o juiz Douglas de Melo Martins determinou a adequação dos preços da gasolina e do diesel, restabelecimento no preço do etanol e multa diária no valor de R\$ 20 mil, no caso de descumprimento.

O juiz Douglas de Melo Martins explicou que recebida a intimação, os postos devem cumprir imediatamente a determinação judicial. O Procon autuará com sanções administrativas, com prazo de 10 dias para adequação, e ao final do período, caso não ocorra a adequação, aplicará multa.

Para o diretor do Procon-MA, Duarte Júnior, a partir das autuações realizadas pelo órgão e, sobretudo, a partir da ação civil pública ajuizada pela RedCon e a consequente decisão proferida pelo magistrado da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, foi notória a redução dos preços de combustíveis em todo o estado. Ele ressaltou que a determinação do governador Flávio Dino foi no sentido de buscar diálogo e garantir proteção a todos os consumidores maranhenses.

“Os preços só baixaram porque as instituições e a sociedade civil agiram juntos. De agora em diante será assim quando abusos acontecerem em nosso estado”, ressaltou Duarte Júnior.

Ação civil pública também prevê a reparação por danos morais coletivos, na quantia de R\$ 70 mil, e por danos sociais na quantia de R\$ 100

mil, cujos valores deverão ser revertidos para o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos dos Consumidores (Lei 8.044/2003), a destinação será decidida em momento posterior, quando houver o julgamento final da ação.

O Procon destaca que o consumidor que identificar a cobrança abusiva só precisa tirar uma foto e formalizar a denúncia na sede da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor para denunciar o abuso.

REDCON

Entre as instituições que compõem a RedCon estão o Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público do Estado, a Delegacia de Proteção do Consumidor e a Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão (OAB/MA).

Justiça começa a notificar postos de combustíveis



A Justiça do Maranhão começou a notificar os postos de combustível que estão praticando preços considerados abusivos. Até o momento, 180 postos da região metropolitana de São Luís ainda faltam receber a notificação. - **PAG. 6**

ABUSO NOS PREÇOS**Justiça começa a notificar postos de combustíveis**

A Justiça do Maranhão começou a notificar os postos de combustível que estão praticando preços considerados abusivos. Até o momento, 180 postos da região metropolitana de São Luís ainda faltam receber a notificação. De acordo com a notificação, eles terão que baixar o preço do combustível e adequar o valor ao reajuste autorizado pelo governo federal.

Como foi o caso de um posto localizado no bairro do Jarcy, em São Luís, que recebeu o documento judicial e acabou baixando o valor do combustível. O litro da gasolina comum que era R\$ 3,49 caiu para R\$ 3,31, e a aditivada de R\$ 3,60 foi para R\$ 3,46. Para o engenheiro civil Carlos Augusto Moreira, que abastece o seu veículo no local, a medida foi bastante favorável para ele. “O preço estava elevado. Eu reclamei

agora porque baixaram e isto para mim é muito importante. É um ganho”.

A medida da Justiça é baseada na diferença de preços de um posto para outro dentro da grande São Luís. O preço do combustível tem variado muito de acordo com a região da cidade. Por isso, os motoristas estão fazendo pesquisa para abastecer onde for bem mais barato. Pelo menos é o que tem feito o militar Lucílio Mendonça. Ele garante que pesquisa e que já percebeu a variação de valores em algumas áreas da cidade. “Tem diferença de preço sim. Na área da BR-135, próximo ao bairro do Tibiri o combustível é mais em conta”, revela.

O juiz Douglas Martins afirma que não houve tabelamento de preços nos postos de combustíveis e garante que a medida só visa a não formação de cartéis na cidade.

Novos diretor e vice assumem hoje na Escola Superior da Magistratura

Desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten assumem comando da Esmam; novos integrantes da mesa diretora foram eleitos em sessão plenária administrativa do TJMA no dia 21 de janeiro

Os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten assumirão, respectivamente, os cargos de diretor e vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam). A cerimônia solenidade ocorrerá hoje, 17h, no Auditório Desembargador Pires da Fonseca, na sede da Escola (Renascença), em São Luís.

Os novos integrantes da mesa diretora da Escola foram eleitos em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, no dia 21 de janeiro. Jamil Gedeon teve seu nome indicado pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire, e foi aclamado por unanimidade pelos demais membros da Corte. O diretor eleito teve o direito de escolher o vice-diretor, convidando o desembargador Paulo Velten para o cargo.

Na ocasião, Gedeon disse que assumir a diretoria da Esmam era dar continuidade ao trabalho desenvolvido e aprimorado na gestão do desembargador Marcelo Carvalho, referindo-se ao colega como alguém que está fazendo da escola um local de estudo e debates sobre temas relevantes para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários.

Velten disse que ficou muito honrado pela indicação do seu nome pelo desembargador Gedeon e que espera desenvolver um bom trabalho, ao la-



Divulgação

Paulo Velten e Jamil Gedeon, que comandarão a Esmam, cuja missão é a formação continuada do futuro diretor.

Quatro anos - A atual diretoria da Esmam é composta pelo desembargador Marcelo Carvalho, que está no cargo de diretor há quatro anos - tendo sido eleito em 2011 e reconduzido em 2013 -, e pelo desembargador Kleber Costa Carvalho, que exerce o cargo de vice-diretor.

A Esmam tem como missão promover a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Judiciário e oferecer serviços jurídico-educacionais para a comunidade, contribuindo para aumentar a efetividade na prestação jurisdicional por meio do ensino e da pesquisa.

Desembargador Paulo Velten é natural de Niterói (RJ), estando radicado no Maranhão desde 1984. É graduado em Direito pela UFMA, especializado nas áreas cível e empresarial durante 15 anos. Foi eleito desembargador em fevereiro de 2007, na vaga do quinto constitucional reservada à advocacia. É professor da UFMA e da Esmam.

Perfis

Desembargador Jamil Gedeon é natural de Caxias, graduado em Direito pela UFMA. Foi promotor de Justiça, procurador-geral de Justiça. Em 1997, foi eleito para o cargo de desembargador, na vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público. Foi corregedor, vice e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Também foi corregedor-geral da Justiça no biênio 2008/2009 e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão no biênio 2010/2011.

ESMAM dá posse a sua nova diretoria

É hoje, às 17h, a solenidade de posse dos desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten, nos cargos de diretor e vice-diretor, respectivamente, da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. O evento terá com palco o Auditório Desembargador Pires da Fonseca, na sede da ESMAM, no Renascença.

OS DESEMBARGADORES Jamil de Miranda Gedeon Neto e Paulo Sérgio Velten Pereira tomam posse hoje, respectivamente nos cargos de Diretor e Vice-Diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, para o biênio 2015/2016. O convite, assinado pela presidente do TJ, desembargadora Cleonice Silva Freire, pede traje passeio e a solenidade será às 17h, no auditório da Escola.

Juizado

A partir de segunda-feira, dia 23, serão normalizados o expediente e o atendimento ao público no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Cohab). Os serviços foram suspensos na última sexta-feira, dia 13, por causa de dedetização nas dependências da unidade. A suspensão se estende até hoje, dia 20, quando será realizada a limpeza nas instalações do Juizado. A suspensão dos serviços foi objeto de portaria da juíza Lewman de Moura Silva. Juíza auxiliar atualmente respondendo pela unidade.

Justiça vai intimar 183 postos de combustível

Até ontem, só 60 postos haviam sido notificados, dos 243 da Região Metropolitana de São Luís que aplicaram de maneira combinada reajuste abusivo nos preços da gasolina e do óleo diesel. **Consumidor 7**

Justiça notificará até o fim desta semana 183 postos suspeitos de formar cartel

Até ontem, só 60 estabelecimentos haviam sido notificados, dos 243 da Região Metropolitana de São Luís que aplicaram de maneira combinada reajuste abusivo

Mario Carvalho
Da equipe de **O Estado**

A Justiça espera intimar, até o fim desta semana, os 183 postos de combustíveis restantes, de um total de 243 estabelecimentos, que atuam na Região Metropolitana de São Luís. Todos são acusados de fazer parte de um cartel para aplicar reajuste indevido de preços da gasolina e do óleo diesel na bomba, acima do anunciado pelo Governo Federal, no fim de janeiro.

Hoje faz uma semana que o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, acolheu pedido de tutela antecipada contra revendedoras de combustíveis da região metropolitana suspeitos de participação no esquema para lesar o consumidor. Até agora, só 60 donos de postos de combustíveis receberam intimação. Apesar da decisão, consumidores ainda continuam reclamando de preços elevados.

Na ação, o magistrado alegou que os proprietários dos estabe-

lecimentos tabelaram preços acima das diretrizes do Governo Federal (Decreto nº 8.395/2015), que anunciou para o início deste mês aumento máximo de R\$ 0,22/litro na gasolina e R\$ 0,15/litro no óleo diesel, tomando-se por base os preços praticados na semana anterior ao reajuste, no período de 25 a 31 de janeiro.

“Esse trabalho de intimação dos postos continuará até que todos recebam os mandados judiciais. No entanto, esse processo está lento por conta das muitas cópias de documentos que estão sendo preparadas para que os oficiais de Justiça possam entregar. Espero que esse trabalho se encerre logo”, declarou.

60 intimações - O juiz Douglas Martins confirmou que de sexta-feira passada (13) até o dia de ontem (19), um total de 60 proprietários de postos de combustíveis, que operam na Região Metropolitana de São Luís, já haviam sido intimados para cumprimento da decisão judicial. Ele acredita que, com o fim do período do

Carnaval, os trabalhos de intimação terão maior celeridade.

“No momento, temos uma Central de Mandados [no Fórum de Justiça de São Luís] que dispõe de oficiais de Justiça e que atendem a 100 juizes que atuam na capital maranhense. Se tivéssemos oficiais só a disposição da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, o andamento dos mandados poderia estar mais avançado”, ressaltou.

Para o magistrado, a decisão tem surtido efeito, como ocorreu em um posto localizado no bairro Jaracati, que recebeu o documento judicial e baixou o valor do combustível. O litro da gasolina comum que era R\$ 3,49 caiu para R\$ 3,31, e a aditivada de R\$ 3,60 foi para R\$ 3,46. Para o engenheiro civil Carlos Augusto Moreira, que abastece o seu veículo no local, a medida foi boa. “O preço estava elevado e eu reclamei. Isto para mim é muito importante. É um ganho para o consumidor”, avaliou.

A medida da Justiça é baseada na diferença de preços de um

posto para outro dentro da Grande São Luís. O preço do combustível tem variado muito de acordo com a região da cidade. Por isso, os motoristas estão fazendo pesquisa para abastecer onde for bem mais barato. Pelo menos é o que tem feito o militar Lucílio Mendonça. Ele garante que pesquisa e que já percebeu a variação de valores em algumas áreas da cidade. “Tem diferença de preço sim. Na área da BR-135, próximo ao bairro Tibiri, o combustível é mais em conta”, revela.

Mais

O juiz Douglas Martins reafirmou que caso a lei seja descumprida, os proprietários de postos de combustíveis em São Luís ficarão obrigados a pagar uma multa diária no valor de R\$ 20 mil, aplicável a cada revendedor. O valor da multa será revertido ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos dos Consumidores.



Posse na ESMAM

Os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten assumirão, respectivamente, nesta sexta (20), 17h, os cargos de diretor e vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. A cerimônia solenidade ocorrerá no Auditório Desembargador Pires da Fonseca, na sede da Esmam, bairro Renascença, em São Luís.

Itinga do Maranhão

A magistrada Alessandra Lima Silva tomou posse no cargo de juíza de Direito da Comarca de Itinga do Maranhão, de entrância inicial, em ato solene realizado na presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quinta-feira (19). A juíza foi removida a pedido, pelo critério de merecimento, da comarca de Turiaçu, conforme decisão do Órgão Especial do TJMA de 21 de janeiro deste ano. Ela ocupará a vaga aberta naquela comarca em decorrência da remoção do juiz Alexandre Mesquita.

Recadastramento sem fim na Câmara. Por quê?

Anunciado em janeiro pelo presidente da Câmara Municipal, o recadastramento dos servidores do Legislativo de São Luís ainda não teve fim. Segundo Astro de Ogum (PMN), o corpo técnico da Casa ainda está fazendo o levantamento necessário para divulgar os números. O vereador ainda falou que está em contato com a Justiça para evitar demissões em massa no parlamento da capital maranhense.

POLÍTICA 2

CÂMARA

Recadastramento ainda não teve fim

Contagem dos servidores da Câmara Municipal iniciada em janeiro pela gestão do parlamento ainda não teve fim, porém, presidente promete disponibilizar números na próxima semana

DA REDAÇÃO

O processo de recadastramento dos servidores da Câmara Municipal de São Luís iniciado no dia 14 de janeiro ainda não foi finalizado. Os objetivos da ação são levantar a quantidade exata desse tipo de funcionário e identificar quem trabalha e quem não trabalha na Casa legislativa municipal. Segundo o presidente da Câmara, Astro de Ogum (PMN), o recadastramento, previsto para acabar no fim de janeiro, está atrasado porque alguns servidores aposentados ainda precisam passar pelo processo. Na próxima semana, o vereador deve divulgar os dados sobre os servidores do parlamento municipal. Sobre a decisão da Justiça que obriga a Câmara Municipal a demitir todos os funcionários que não são efetivos ou comissionados, Astro de Ogum afirmou que os únicos funcionários exonerados da Casa foram os que possuíam cargos comissionados. "Vou procurar a Procuradoria Geral de Justiça para ver essa questão, porque alguns funcionários estão na Câmara há muitos anos, uns têm carreira de cerca de 20 anos", afirmou o vereador.

O Ministério Público Esta-



Astro de Ogum informou que vai procurar a Procuradoria Geral de Justiça para evitar demissões em massa

dual (MP) ajuizou uma ação civil pública em 2001, pedindo a exclusão de cargos não comissionados da Câmara Municipal ocupados sem concurso público após 5 de outubro de 1988. O juiz Mário Prazeres Neto, da 3ª Vara de Fazenda Pública de São Luís, na época, deferiu o pedido do MP e determinou as demissões. Deverão ser exonerados 387 funcionários que aparecem como estatutários, mas entraram no

serviço público após 1988 e hoje trabalham como Serviço Prestado (SP).

A Câmara entrou com recurso no TJ, mas a relatora do processo, desembargadora Raimunda Bezerra, manteve a decisão do magistrado de base e, desde o ano passado, determinou que um concurso público fosse realizado no prazo de 180 dias.

O concurso ainda não foi realizado. Ao tomar posse na Câ-

mara no início do ano, o presidente Astro de Ogum informou que uma comissão formada por técnicos e coordenada pelo procurador da Casa, Walter Sales Cruz, está desenvolvendo o recadastramento dos servidores para depois serem anunciados dois concursos, um em maio e o outro no ano que vem, e para que uma solução seja encontrada para os que estão sob risco de demissão.

Prefeito de Magalhães de Almeida é condenado por promoção pessoal com verba pública

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância que condenou o prefeito de Magalhães de Almeida, João Cândido Carvalho Neto, a devolver aos cofres públicos o valor de R\$ 4 mil e ao pagamento de multa de dez vezes o valor da remuneração no exercício do cargo.

A decisão unânime do órgão colegiado entendeu que o gestor praticou ato de improbidade administrativa, que consistiu no pagamento de publicidade com fins de promoção pessoal, em jornal de grande circulação, utilizando recursos públicos.

Preliminarmente, o desembargador Paulo Velten (relator) afastou a alegação de nulidade feita pelo prefeito. O magistrado destacou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que a ausência de citação do município não configura causa para anular o processo. Também não prosperou a alegação do gestor de que houve cercea-

mento de defesa, pelo fato de ter ficado inerte quando intimado a especificar as provas que pretendia produzir.

O relator apontou documentos constantes nos autos que comprovam que a publicidade em que o apelante aparece em mensagem de fim de ano na companhia da esposa, com clara referência aos seu terceiro mandato de prefeito, foi paga pelos cofres municipais, em violação aos princípios da moralidade e da impessoalidade administrativas.

Paulo Velten afirmou ter ficado caracterizado o ato de improbidade administrativa e votou de forma desfavorável ao recurso do prefeito, mesmo entendimento da Procuradoria Geral de Justiça.

O desembargador Marcelino Everton e o juiz Luiz Gonzaga Almeida Filho, substituto de 2º grau e revisor, acompanharam o voto do relator, que ainda determinou que seja oficiada a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA).
(Asscom/TJMA)

Prefeito é condenado por promoção pessoal com verba pública

PÁGINA 3 [C1]

Prefeito é condenado por promoção pessoal com verba pública

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância que condenou o prefeito de Magalhães de Almeida, João Cândido Carvalho Neto, a devolver aos cofres públicos o valor de R\$ 4 mil e ao pagamento de multa de dez vezes o valor da remuneração no exercício do cargo.

A decisão unânime do órgão colegiado entendeu que o gestor praticou ato de improbidade administrativa, que consistiu no pagamento de publicidade com fins de promoção pessoal, em jornal de grande circulação, utilizando recursos públicos.

Preliminarmente, o desembargador Paulo Velten (relator) afastou a alegação de nulidade feita pelo prefeito. O magistrado destacou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de que a ausência de citação do município não configura causa para anular o processo. Também não prosperou a alegação do gestor de que houve cerceamento de defesa pelo fato de ter ficado inerte quando intimado a especificar as provas que pretendia produzir.

O relator apontou documentos constantes nos autos que comprovam que a publicidade em que o apelante aparece em mensagem de fim de ano na companhia da esposa, com clara referência aos seu terceiro mandato de prefeito, foi paga pelos cofres municipais, em violação aos princípios da moralidade e da impessoalidade administrativas.

Paulo Velten afirmou ter ficado caracterizado o ato de improbidade administrativa e votou de forma desfavorável ao recurso do prefeito, mesmo entendimento da Procuradoria Geral de Justiça.

Posse

- Os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten assumirão, respectivamente, nesta sexta (20), 17h, os cargos de diretor e vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. A cerimônia solenidade ocorrerá no Auditório Desembargador Pires da Fonseca, na sede da Esmam, bairro Renascença, em São Luís. Os novos integrantes da mesa diretora da Escola foram eleitos em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, no dia 21 de janeiro.

Nova diretoria da Esmam toma posse

Toma posse, hoje, à tarde, a nova diretoria da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), eleita para o biênio 2015/2016. Serão empossados os desembargadores Jamil Gedeon (diretor) e Paulo Velten (vice-diretor). A posse acontece às 17h, no auditório Pires da Fonseca, da Esmam, no Renascença, com a presença da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire.

• Na próxima segunda-feira (23) serão normalizados o expediente e o atendimento ao público no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Cohab). Os serviços foram suspensos na última sexta-feira (13), em função de dedetização nas dependências da unidade.

Toma posse nova juíza da Comarca de Itinga do MA

A magistrada Alessandra Lima Silva tomou posse no cargo de juíza de Direito da Comarca de Itinga do Maranhão, de entrância inicial, em ato solene realizado na presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, nessa quinta-feira (19). A juíza foi removida a pedido, pelo critério de merecimento, da comarca de Turiaçu, conforme decisão do Órgão Especial de 21 de janeiro. Ela ocupará a vaga aberta naquela comarca em decorrência da remoção do juiz Alexandre Mesquita. Após a assinatura do termo de posse e compromisso, a magistrada foi cumprimentada pela desembargadora Cleonice Freire, pelo desembargador decano da Corte, Bayma Araújo, e pelo diretor geral Hebert Leite, que desejaram sucesso em sua nova jurisdição.

POSTOS REDUZEM PREÇO DO COMBUSTÍVEL APÓS AÇÕES NA JUSTIÇA DO MARANHÃO

Sessenta postos foram intimados no Carnaval e outros 183 serão intimados nesta sexta-feira

Os postos de combustível da região metropolitana de São Luís reduziram os preços cobrados pelo litro de etanol, diesel e gasolina. A constatação foi feita pelo Procon-MA, órgão integrante da Re-

de Estadual em Defesa do Consumidor (RedCon). A redução foi resultado de uma série de ações da Redcon para autuar os estabelecimentos que praticavam preços abusivos.

PÁGINA 3 [C1]

Postos reduzem preço do combustível após ações na Justiça do Maranhão

A Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon-MA), órgão integrante da Rede Estadual em Defesa do Consumidor (RedCon), constatou, por meio de pesquisa, que os postos de combustíveis de São Luís baixaram o preço.

Nesta quinta-feira (19), foi realizada fiscalização continua com o objetivo de autuar os estabelecimentos que continuam praticando preços em patamares superiores ao estipulado pelo Governo Federal, em descompasso às normas de proteção ao consumidor e em confronto com a decisão judicial do juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, Douglas de Melo Martins.

Na sexta-feira (13), atendendo a ação civil pública contra 244 postos de combustíveis da capital maranhense, proposta pela RedCon, o

juiz Douglãs de Melo Martins determinou a adequação dos preços da gasolina e do diesel, restabelecimento no preço do etanol e multa diária no valor de R\$ 20 mil, no caso de descumprimento.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Maranhão, os proprietários de 60 postos de combustíveis já foram intimados e outros 183 deverão ser intimados durante a fiscalização. O juiz explicou que não há prazo para o cumprimento da decisão. Recebida a intimação, os postos devem cumprir imediatamente a determinação judicial. O Procon autuará os estabelecimentos com sanções administrativas, com prazo de 10 dias para adequação, e depois desse período, caso não seja cumprida a determinação, aplicará multa.

Para o diretor do Procon-MA,

Duarte Júnior, a partir das autuações realizadas pelo órgão e, sobretudo, a partir da ação civil pública ajuizada pela RedCon e a consequente decisão proferida pelo magistrado da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, foi notória a redução dos preços dos combustíveis em todo o estado.

A ação civil pública prevê a reparação por danos morais coletivos, na quantia de R\$ 70 mil, e por danos sociais na quantia de R\$ 100 mil, cujos valores deverão ser revertidos para o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos dos Consumidores (Lei 8.044/2003), a destinação será decidida em momento posterior, quando houver o julgamento final da ação. O consumidor que identificar a cobrança abusiva poderá procurar a Gerência do Consumidor para denunciar o caso.

- Um total de 60 postos de combustíveis da capital foi intimado durante o plantão judicial iniciado na sexta-feira (13) e finalizado na noite dessa quarta-feira (18) da decisão judicial que obriga os estabelecimentos a adequar o valor dos combustíveis ao aumento máximo de R\$ 0,22 (gasolina) e R\$ 0,15 (óleo diesel).
- A informação é do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís. Segundo o magistrado, os outros 183 postos serão intimados no decorrer dessa quinta (19) e sexta-feira (20).